

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AUTOAVALIAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**



**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AUTOAVALIAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

|  |
| --- |
| **A) IDENTIFICAÇÃO GERAL** |
| **Empresa** |
| **Sede:** Cidade/UF |
| **Tipo de estatal:** empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiária.  |
| **Acionista controlador:** xxx (se outra subsidiária, indicar também o nome da holding). |
| **Tipo societário:** sociedade anônima, sociedade limitada ou não definido. |
| **Estrutura de capital:** aberto ou fechado. |
| **Abrangência de atuação:** local/regional/nacional/internacional |
| **Setor de atuação:** financeiro, participações, petróleo, energia, infraestrutura, comunicação, abastecimento, saúde, pesquisa, tecnologia da informação, indústria ou serviços. |
| **Membro(a) do Comitê subscritor da Avaliação:** nome. |
| **Membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração subscritores da Avaliação:** nome e cargo. |
| **Data da avaliação:** XX/XX/20XX. |
| **Período avaliado:** 01/01/20XX a 31/12/20XX, por exemplo. |
|  |

|  |
| --- |
| **B) AVALIAÇÃO DE MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS E COMITÊS DAS EMPRESAS ESTATAIS – UMA EXIGÊNCIA LEGAL** |
| A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Lei das Estatais, em seu art. 13, inciso III, exige que o estatuto social das companhias disponham, dentre outros assuntos, sobre a “avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo”.O art. 10 da mesma lei (e também o art. 21, inciso III, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016) determina que a empresa pública e a sociedade de economia mista devem criar comitê de elegibilidade estatutário para verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos conselheiros fiscais, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. O Decreto nº 8.945/2016, em seu art. 24, inciso III, determina que o estatuto social das empresas estatais contemple regras mínimas relacionadas à avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos membros estatutários.O objetivo é que os membros(as) do Comitê de Auditoria Estatutário avaliem seu próprio desempenho e estabeleçam, se necessário, um programa de treinamento e desenvolvimento voltado para o desempenho de suas atribuições. Além disso, a partir da avaliação, institui-se um importante instrumento não só de identificação e correção de desvios, como também de prevenção e direcionamento da futura composição do órgão colegiado, alinhando-a à estratégia mais eficiente e eficaz da empresa. |

|  |
| --- |
| **C) PREMISSAS BÁSICAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO**  |
| O princípio básico do processo é avaliar a contribuição de cada membro do Comitê de Auditoria Estatutário para a efetividade e aprimoramento do colegiado no que diz respeito às funções e responsabilidades aceitas como suas e pré-definidas nos instrumentos legais, estatuto e regimentos internos. Entretanto, **deve haver segurança suficiente para que as avaliações não sejam objeto de retaliação ou constrangimento entre os agentes de governança**. Nesse sentido, é fundamental que os resultados sejam enviados de forma segura para uma fonte neutra, em que serão processados e da qual retornarão de forma consolidada para discussão e uso pelas instâncias competentes da empresa.O Processo de Autoavaliação recomendado segue as seguintes premissas:I) A autoavaliação tem o propósito de examinar a atuação do(a) membro(a) do Comitê. É uma oportunidade de autorreflexão e de conscientização sobre o impacto individual na dinâmica e funcionamento do grupo. II) O tipo de avaliação aplicada é a interna.III) As avaliações devem ser conduzidas pelo(a) **Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário e/ou pelo(a) Presidente do Conselho de Administração**,que pode contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa.IV) Os(As) avaliados(as) são os(as) membros(as) do Comitê de Auditoria Estatutário individualmente.V) A técnica de coleta de dados empregada é o questionário, com perguntas fechadas. As questões foram construídas considerando 6 dimensões:1. Formação, competência técnica e conhecimento da empresa;
2. Atuação;
3. Ética e governança corporativa;
4. Dever de monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa;
5. Dever de supervisionar as atividades de auditoria interna e auditoria independente e avaliar sua independência; e
6. Dever de supervisionar as atividades de controles internos e de avaliar e monitorar as atividades de gestão de riscos.

VI) O presente formulário consiste apenas em modelo com vistas a nortear as avaliações, razão pela qual é facultado à empresa incluir, excluir ou adaptar as questões deste questionário de avaliação, caso entenda pertinente.VII) A avaliação é subscrita pelo(a) autoavaliado(a) e pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa.A seguir, são apresentados os quesitos que compõem o questionário de avaliação. |

|  |
| --- |
| **D) FORMULÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO** |
| ***DIMENSÃO I - FORMAÇÃO, COMPETÊNCIA TÉCNICA E CONHECIMENTO DA EMPRESA****1. Possuo formação, experiência e competência técnica para o exercício da função, bem como conheço o campo de atuação e os negócios da empresa?**Não**Sim**Atende parcialmente**Não se aplica**2. Participo de programas de treinamento voltados, por exemplo, para legislação societária e de mercado de capitais; contabilidade, gestão de riscos, controle interno, código de conduta, Lei nº 12.846/2013, governança corporativa, licitações e/ou para outros temas relacionados às minhas atribuições ou que me possam agregar valor?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica****DIMENSÃO II - ATUAÇÃO****3. Desempenho minha função de forma íntegra e transparente?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**4. Tenho habilidade e autonomia para questionar a Diretoria Executiva e agir quando necessário?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**5. Conheço minha posição na hierarquia da empresa e considero essa posição quando do desempenho de minhas funções?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**6. Apresento argumento e competência suficientes para convencer a administração sobre pontos de vista divergentes?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**7. Tenho boa comunicação com os demais órgãos de governança da empresa?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**8. Contribuo para que o Conselho de Administração receba relatórios periódicos tempestivos, de conteúdo relevante e focados em temas importantes para o desempenho das atribuições daquele colegiado?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**9. Demonstro assiduidade e pontualidade nas reuniões periódicas do Comitê e naquelas realizadas com outros órgãos no decorrer do exercício findo?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**10. Demonstro preparo nas discussões dos assuntos tratados nas reuniões?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim****DIMENSÃO III - ÉTICA E GOVERNANÇA CORPORATIVA****11. Atuo na condução de ações de prevenção e detecção de condutas inadequadas e na promoção de uma cultura de incentivo, valorização e reconhecimento do comportamento ético, bem como do cumprimento de leis e regulamentos e dos padrões definidos pela empresa?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**12. Demonstro conhecer as melhores práticas de governança corporativa e as utilizo em benefício da empresa?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**13. Contribuo para que os princípios da boa governança corporativa – equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa – sejam aplicados na empresa?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**14. Atuo de forma independente em minha responsabilidade de modo a preservar os interesses da empresa e dos acionistas?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**15. Cumpro meus deveres com diligência, responsabilidade, lealdade e isento(a) de conflito de interesse?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim****DIMENSÃO IV - DEVER DE MONITAR A QUALIDADE E A INTEGRIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS INFORMAÇÕES E MEDIÇÕES DIVULGADAS PELA EMPRESA****16. Atuo efetivamente nas ações relacionadas ao monitoramento da qualidade e integridade da informação contábil?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**17. Contribuo efetivamente para a formação de opinião do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anual e sobre o Relatório de Administração da empresa?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim****DIMENSÃO V - DEVER DE SUPERVISIONAR AS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE E AVALIAR SUA INDEPENDÊNCIA****18. Agrego valor nas ações do Comitê de Auditoria Estatutário relacionadas ao monitoramento da qualificação e do desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Independente?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**19. Contribuo efetivamente para a formação da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário relacionada à independência da Auditoria Interna?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**20. Enriqueço as discussões do Comitê de Auditoria Estatutário e contribuo para a formação da opinião relacionada à adequação e à qualidade dos serviços prestados pelos auditores independentes?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim****DIMENSÃO VI - DEVER DE SUPERVISIONAR AS ATIVIDADES DE CONTROLES INTERNOS E DE AVALIAR E MONITORAR AS ATIVIDADES DE GESTÃO DE RISCOS****21. Contribuo para a formação da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário sobre a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos da empresa?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**22. Agrego valor às ações do Comitê de Auditoria Estatutário relacionadas ao monitoramento da conformidade da empresa no cumprimento de leis, normas e regulamentos?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica* |

|  |
| --- |
| **BIBLIOGRAFIA** |
| BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 1 jul. 2016.\_\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 4 jan. 2017.INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Avaliação de conselhos:** recomendações práticas. São Paulo: IBGC Orienta, 2020. 55 p. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24358. Acesso em: 15 dez. 2022.OECD. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais:** edição 2015. Paris: OECD Publishing, 2018. https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt. Acesso em: 26 dez. 2022. |